

**Pró-Reitoria Acadêmica
Escola De Humanidades E Direito
Curso De Relações Internacionais
Trabalho De Conclusão De Curso**

**TERCEIRIZAÇÃO DA GUERRA: A ASCENSÃO DE EMPRESAS
MILITARES PRIVADAS NO PÓS 11 DE SETEMBRO**

Autor: Bianca Silvino Magalhães

Orientador: Prof^o. Dr. Christian Phillip Klein

**Brasília - DF
2018**

BIANCA SILVINO MAGALHÃES

**TERCEIRIZAÇÃO DA GUERRA: A ASCENSÃO DE EMPRESAS MILITARES
PRIVADAS NO PÓS 11 DE SETEMBRO**

Monografia apresentada ao curso de
Relações Internacionais da Universidade
Católica de Brasília como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Profº Dr. Christian Phillip Klein

Brasília
2018

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha avó, por ser meu exemplo de fé, amor e coragem, me ensinando a cada dificuldade que tudo feito com esforço dá certo. À minha família por ser presente e que nunca duvidou da minha capacidade. E, aos meus amigos pela paciência e força.

AGRADECIMENTO

Gratidão é reconhecer as graças na nossa vida. E é exatamente isso que faço a seguir. Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus pais pela paciência, carinho ao longo dos anos e por todos os debates construtivos acerca dos temas que permeiam as Relações Internacionais e também ao Ricardo Filho e família por todo afeto, cuidado e fé que dividiram comigo nessa caminhada.

Agradeço aos meus irmãos e tios que sempre estiveram lado a lado de todos meus sonhos e permitem que diariamente que eu seja capaz de alcançá-los.

Agradeço ao professor Msc. Creomar de Sousa, por toda palavra de ajuda, ensinamentos e força. Sem ele não teria persistido e confiado em minha capacidade que por vezes foi testada. Ao professor Danilo Borges que confiou humanamente em meu trabalho e ao professor Christian Phillip Klein que me deu apoio para chegar até aqui, além dos Professores que passaram ao longo da graduação que levo comigo Professor Rogério Lustosa, Professor Nidi Bueno e Professor Fábio Albergaria que me motivou na escolha do tema.

Agradeço aos amigos Gabriel Lira por ser amigo durante esses quatro anos nas manhãs de animação e desânimo, Paula Borges por me inspirar nos meus sonhos e mostrar que tudo é capaz, Anna Cecillya que por tantas vezes viramos noites fazendo exercícios juntas e por seu jeito meigo de lidar com tudo, Gabriela Ferreira que compartilhou momentos de cansaço, medo, tristeza e euforia durante a realização deste trabalho e me auxiliou de todas as formas que lhe foram possíveis, a Letticia Pinheiro que é irmã de alma e um doce de menina que levo para a vida, e nesse momento final à Najla Maria que acreditou que tudo daria certo no final, me ajudando com prazos, organizando minhas ideias e partilhando lágrimas. Essa luta foi nossa e sinto orgulho de todos vocês.

E nesse momento final, agradeço a Dona Edite, minha avó, que me deu colo em dias que ninguém conseguiria me compreender, palavras de força nos momentos que me achei incapaz e por todo cuidado para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

Referência: MAGALHÃES, Bianca Silvino. **Terceirização da Guerra A ASCENSÃO DE EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NO PÓS 11 DE SETEMBRO.** 2018. 45 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

A construção de políticas de defesa pelos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001 mudou a forma como o mundo lida com questões de segurança internacional. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar a história, motivações e fatores que influenciaram a privatização do uso da violência, identificando as características favoráveis das empresas militares privadas, bem como os problemas que podem advir do uso excessivo dos mesmos pelos Estados, em o contexto pós onze de setembro de 2001. O escopo do trabalho é apresentar a ascensão do uso de Empresas Militares Privadas na Guerra ao Terror, mais especificamente na Guerra do Iraque.

Palavras-Chave: Terceirização da Guerra. 11 de Setembro. Empresas Militares Privadas.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The construction of defense policies by the United States in the aftermath of September 11, 2001 has changed the way the world handles international security issues. Thus, this paper aims to present the history, motivations and factors that influenced the privatization of the use of violence, identifying the favorable characteristics of private military companies, as well as the problems that may arise from the excessive use of them by States, in the post-9/11 context. The scope of the work is to analyze the rise of the use of Private Military Companies in the War on Terror, more specifically in the Iraq War.

Keywords: Outsourcing War. September 11th. Private Military Companies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Ponta de lança”

Figura 1 – A atividade global da indústria Militar Privada, 1991-2001

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Funções desempenhadas pelas EMP (década de 1990)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A TERCEIRIZAÇÃO DA GUERRA	12
1.1 HISTÓRICO DA TERCEIRIZAÇÃO DO USO DA VIOLÊNCIA E SEUS ATORES.....	13
1.1.1 Mercenários.....	16
1.1.2 Empresas Militares Privadas.....	18
2. AS MEDIDAS DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS 11 DE SETEMBRO E A ASCENSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS.....	24
2.1 OS ATAQUES DE 11 DE SETEMBRO E A DOCTRINA BUSH.....	25
2.2 A DOCTRINA BUSH E SUA INFLUÊNCIA NA EXPANSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS	29
2.3 A ASCENSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NO PÓS 11 DE SETEMBRO.....	32
3. AS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS E A SUA ATUAÇÃO NA GUERRA NO IRAQUE	34
3.1 A GUERRA DO IRAQUE NO CONTEXTO DA DOCTRINA BUSH.....	35
3.2 A PRESENÇA DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria e os acontecimentos dos ataques de 11 de setembro de 2001 motivaram o aumento da presença de Empresas Militares Privadas (EMPs) em zonas de conflito. Esse fenômeno pode ser explicado tanto pela busca de empregabilidade por parte de militares aposentados (que compõem grande parte do mercado deste setor), bem como por meio das novas políticas de defesa implementadas pelos Estados Unidos em decorrência do 11 de setembro e o início da Guerra ao Terror. Este fenômeno é conhecido como “terceirização da guerra”.

As Empresas Militares Privadas são organizações com fins lucrativos e oferecem aos seus contratantes serviços militares, tais como: serviços de inteligência para as forças armadas, treinamento e aconselhamento estratégico, logística, manutenção e assistência militar direta, inclusive atuação em linha de frente no combate (CAMERON, 2006).

Ao longo dos anos e das transformações que ocorrem no Sistema Internacional, sendo um ator relevante em conflitos dada a sua atuação maximizada pela demanda dos Estados, as Empresas Militares Privadas trouxeram inúmeros questionamentos em relação à legalidade de sua atividade, à natureza de seus serviços, tipo de fiscalização e principalmente marco legal.

A ausência de transparência nos negócios estabelecidos entre as Empresas Militares Privadas e os governos, bem como nos processos e resultados das atividades das EMPs levantam questões quanto à legalidade de sua atividade, bem como qual o procedimento em relação a possíveis crimes de guerra que possam ser cometidos em suas intervenções militares, sendo que as EMPs contratadas muitas vezes são estrangeiras aos países em que atuam.

A ascensão destes novos atores no cenário internacional, que caracterizam um exército independente, isentos de obrigações para com uma nação e que agem no anonimato, torna-se uma possível ameaça às instituições internacionais e à soberania dos Estados. À medida que agem sem regulação jurídica clara, não sendo julgados como civis e nem como militares, o impacto de suas ações pode se tornar imensurável.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um estudo sobre o fenômeno da ascensão das Empresas Militares Privadas, com finalidade de compreender o pós onze de setembro como acontecimento chave para

tal fenômeno. Os objetivos específicos são: Traçar um panorama histórico da terceirização do uso da força; Elucidar as medidas de segurança implementadas pelos Estados Unidos no pós 11 de setembro; Apresentar a Guerra do Iraque como caso de aumento da presença de Empresas Militares Privadas em conflitos contemporâneos.

Para cumprir os objetivos traçados, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “a terceirização da guerra”, visa descrever os fatos relacionados à ação e gestão das Empresas Militares Privadas nas Relações Internacionais, para que se compreenda como se dá o uso da força no decorrer da história desses atores.

O segundo capítulo, “As medidas de segurança dos Estados Unidos no pós 11 de setembro”, descreve as consequências das escolhas do Presidente George W. Bush nas Relações Internacionais dos Estados Unidos, de modo a entender sob quais argumentos as Empresas Militares Privadas atuam livremente no Iraque.

O terceiro capítulo descreve as práticas das Empresas Militares Privadas na Guerra no Iraque com o intuito de traçar cenários prospectivos acerca da segurança e defesa dos países em zona de conflito.

Esta pesquisa utiliza a abordagem descritiva, que de acordo com GIL (2008, p. 28) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis”. Deste modo o presente trabalho descreve o caso de ascensão de Empresas Militares Privadas no pós 11 de setembro.

Para o levantamento de dados, foi realizada pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.158):

É um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, entrevistas e coleta de dados disponíveis.

Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias para a coleta de dados. As fontes compreenderam dados históricos bibliográficos e estatísticos. Segundo Marconi e Lakatos (2003) são primordiais para obtenção de um panorama fiel à realidade do objeto de estudo.

1. A TERCEIRIZAÇÃO DA GUERRA

A presença de soldados profissionais em uma guerra estrangeira perpassa a história dos conflitos internacionais (SINGER, 2008). “O pressuposto de que a Arte da Guerra é sempre conduzida e materializada pelo Estado é errada” (MAGALHÃES, 2003 p. 1). A Guerra da Coréia foi o conflito durante a Guerra Fria que possuiu a presença mais expressiva de empresas militares durante a Guerra Fria. A Guerra do Vietnã recebeu também a presença privada principalmente no que se refere às capacidades logísticas (CAMPBELL, 2000).

As empresas militares privadas são atores preponderantes no que diz respeito ao emprego da força no campo militar. A contemporaneidade do tema foi fator principal para a escolha do mesmo para a construção deste trabalho. O fato da atuação das empresas ser um fenômeno em expansão levanta diversas questões em relação a sua atuação e os impactos da mesma.

Para melhor entendimento dos motivos que levaram a Guerra do Iraque a ser conhecida como Guerra Terceirizada, é importante apresentar um breve histórico do uso da violência por parte de grupos terceirizados pelo Estado. Para que o processo de terceirização seja compreendido, o capítulo I se debruçará em abordar a evolução dos grupos que vendem habilidades militares desde os séculos anteriores com o propósito de compreender que tipos de serviço oferecem e por quais razões a contratação desses indivíduos tornou-se desonroso no cenário internacional ao longo dos anos.

No primeiro momento, é apresentado um breve histórico do engajamento privado do uso da violência, desde as cidades-estados até o surgimento e consolidação do Estado-moderno, identificando no processo as motivações que levaram o ator central a preferir esse modelo de defesa e segurança. Desde 1648, os exércitos regulares constituem-se por cidadãos e súditos. No entanto, a contratação de soldados não foi extinta, tornando-se ameaça ao poder do Estado e conseqüentemente, sua soberania, dessa forma surgindo Convenções que fossem capazes de vetar a contratação desses indivíduos.

Em seguida, serão abordadas características relevantes para definição desses grupos de soldados contratados. A importância da definição dos termos se dá a partir da confusão conceitual entre mercenários e empresas militares privadas, que são comparados de maneira errônea pela comunidade internacional, no entanto, o foco

está em apresentar o que são as empresas militares privadas e quais são as vantagens e desvantagens da contratação de seus serviços para os Estados.

1.1 HISTÓRICO DA TERCEIRIZAÇÃO DO USO DA VIOLÊNCIA E SEUS ATORES

Quando se trata da história do mercenarismo a característica dominante é a recorrência com que esses atores exerceram a força militar com o apoio da autoridade central. Em uma perspectiva histórica, o uso da força mercenária é reconhecido antes dos século V a.C., quando a autoridade estatal ainda não possuía o domínio da violência, tanto quanto as capacidades burocráticas e militares, sendo assim necessário o uso das habilidades mercenárias na realização de inúmeras funções (NASCIMENTO, 2010).

A falta de recolhimento de impostos e de um ordenamento político inviabilizava a construção de um exército regular que fosse capaz de defender o território e suas instituições, por isso, a sociedade estimulava o emprego da violência privada para que resguardassem as instituições e defendesse o Estado de ameaças internas e externas (SINGER, 2003) “A organização de mercenários sempre procurou atender ao critério do emprego da violência em escala como vantagem comparativa” (NASCIMENTO, 2010 p.30). Dessa forma, qualquer indivíduo que possuísse dinheiro poderia dar início a um exército antes da paz de Vestfália (SCHEIMER, 2009).

Já ouvia-se falar sobre a força dominada por agentes não estatais no final do século V a.C. Na Expedição Persa, as tropas eram compostas por mercenários gregos, mais conhecidos como os “Dez Mil de Xenofonte”. Apesar de Esparta ter desenvolvido um exército de cidadãos, era habitual o uso de soldados estrangeiros contratados pelas cidades-Estado da Grécia (NASCIMENTO, 2010).

Na Idade média, iniciaram-se as taxações e os mercenários conhecidos como brabançons¹ que eram reconhecidos pela forma impetuosa com que serviam aos senhores feudais os serviços militares a fim de compensar a falta regular desses serviços, no entanto, desempenhavam funções como artilharia e cavalaria. Nessa época, o sistema militar baseava-se em voluntariado, quando os nobres dedicavam quarenta dias por ano para proteger o reino, o que significava a dispensa nos combates estrangeiros (NASCIMENTO, 2010).

¹ Esse termo era empregado para designar indistintamente quaisquer grupos de mercenários integrados por aragoneses, navarrenses e bascos. (NASCIMENTO, 2010 p 31).

No final do século XVIII, a revolução francesa foi grande motivadora do alistamento militar como premissa básica da organização das forças armadas de um Estado, o que estimulou a desvalorização da corporação mercenária com a ascensão do Estado Moderno, tornando-os marginalizados no sistema e levantando conotação negativa acerca dos seus serviços, apesar de terem sido cruciais para os exércitos europeus por longos anos. (BRUYÈRE-OSTELLS, 2012).

Com a Paz de Vestfália que a legitimidade da soberania e autonomia, além da criação de um sistema anárquico, tornaram-se as características que permitiram o Estado de posicionar seus interesses e atuar na defesa diante da própria vontade, independente da ordem internacional (BOBBITT, 2003; DA SILVA e PICININ, 2015) a concretização dessa importante mudança influenciou o declínio da coerção do uso da força durante a formação e consolidação do Estado.

É reconhecido que foi a partir da Paz de Vestfália que o Estado estabeleceu as principais características de um Estado Moderno. Jubilut (2006), destaca que as características desse novo modelo de Estado seriam as normas da soberania que definiam o que não deveria ser feito e na forma de se abster de assuntos alheios, dando igualdade jurídica entre os Estados, territorialidade e, por consequência, de não-intervenção, basicamente que os tratavam como iguais perante o sistema, mas por serem independentes nos assuntos que cernem as relações internacionais, poderiam ser vistos como irresponsáveis no cenário internacional. Na época os Estados cumpriam os princípios da unidade, dessa forma, buscavam equilíbrio pela justiça e valores comuns de forma ética (JUBILUT, 2006, p. 205).

Para Max Weber, o Estado é uma associação que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência, ou seja, possui a capacidade singular de controlar e organizar o poder militar, estando esse vinculado à soberania estatal (WEBER apud NAIM, 2013 p 116). A responsabilidade da violência por parte do Estado foi significativa para o fim dos soldados de aluguel e do controle hierárquico da força por parte dos senhores feudais.

Tanto a Revolução Francesa quanto as sequentes Guerras Napoleônicas marcaram o declínio das participações mercenárias. Isso pode ser explicado pelo nacionalismo que cresceu significativamente na época, quanto dos exércitos formados por cidadãos (SINGER, 2003).

A terceirização do uso da força passou por um processo de mudanças no decorrer da história, de forma que a contratação de um soldado, antes considerada

uma ação necessária, se tornasse desnecessário pois o poder central já se responsabilizaria com as ações de defesa e segurança do território.

Durante anos a contratação de soldados em conflitos armados permaneceu sob a ótica de um assunto não muito importante para o sistema internacional. Entretanto, Correia (2002) diz que no contexto que sucedeu da nova organização política internacional no pós-Guerra Fria gerou inúmeros elementos no que diz respeito a disputa de conflitos armados, ou seja, o novo cenário apresentava motivações no fazer guerra de forma direta e participativa.

Holland e Brooke (2000) consideram a Guerra dos Trinta Anos como a primeira Guerra Mundial moderna, a qual iniciou-se como um conflito religioso entre católicos e protestantes, e teve por fim uma Guerra pelo poder na Europa. Esse é considerado um momento marcante na atuação desses exércitos contratados. A realidade dos Estados é que “quase todas as batalhas foram travadas por unidades contratadas” (SINGER, 2008 p. 29).

A crescente atuação das Empresas Militares Privadas em zonas de conflito, especialmente após o fim da Guerra Fria, tem resultado numa maior atenção dada a esta importante questão contemporânea (MENDES e MENDONÇA, 2011).

De qualquer forma, o fim da Guerra Fria trouxe consigo algumas mudanças, a primeira delas é a redução de efetivos militares (VINHA, 2009) pois não eram mais necessários grandes exércitos (MANDEL, 2002). Assim, disponibilizou-se mão-de-obra altamente qualificada e experiente, advinda dos quadros militares dos Estados nacionais (BLANCO, 2010). Não somente isso, mas a reestruturação organizacional militar também proporcionou a oferta de equipamentos bélicos não mais utilizados pelos Estados nacionais (BARRINHA, 2007). De fato, as duas consequências do pós guerra gerou uma circunstância de oferta e demanda que favoreceu e possibilitou o crescimento das EMP's (ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2008).

O pós Guerra Fria é o momento chave no que diz respeito a contemporaneidade de falar sobre grupos terceirizados, sendo considerado o momento de ressurgimento desses grupos sob um novo escopo, esse tratando-se de uma nova forma de terceirização do uso da força. Ainda ao longo da Guerra Fria, as nações africanas pressionaram por uma nova definição de mercenários sob o amparo da legislação internacional (SCHEIMER, 2009, p. 616).

Por fim, com o intuito de identificar as diferenças entre os grupos terceirizados existentes ao longo da história, faz-se necessário abordar as características e os

dispositivos legais que os definem para que dessa forma seja possível alcançar o objetivo traçado neste capítulo que é descrever a ação e gestão das Empresas Militares Privadas.

1.1.1 Mercenários

Por muito tempo, como visto, os Mercenários fizeram parte dos exércitos europeus, fazendo parte de uma das profissões mais antigas da história, como dizia o famoso mercenário Bob Denard. A principal característica dos mercenários é que são indivíduos estrangeiros que buscam o ganho monetário em troca de lutar em conflitos armados, esse fato também os define como soldados da fortuna. A motivação que levou a contratação desses indivíduos se deu pela incapacidade das sociedades de proteger seus territórios e seus domínios (SCHREIER; CAPARINI, 2005). Keegan (1993), tradicionalmente, define o termo Mercenário para designar os indivíduos que trocam favores ou serviços mediante pagamento em dinheiro, propriedades e afins.

O mercenarismo fez parte de grandes guerras, portanto, à medida que as atividades ganharam espaço nas comunidades e na história, autores acadêmicos e órgãos internacionais buscaram definir o que é e o que faz o mercenário. Foi a partir dos movimentos africanos que se buscou uma definição de mercenário no direito internacional (SCHEIMER, 2009). O intuito era a necessidade de diferenciar o prisioneiro de guerra dos mercenários, para que os direitos dispostos a eles não se aplicassem aos soldados da fortuna, porém, para que o indivíduo seja considerado propriamente um mercenário é necessário que se encaixe em todos os termos do Artigo 47 do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra.

Uma das propostas para a realização do protocolo foi a necessidade de construir uma identidade aos Mercenários que fosse capaz de diferenciá-los do status de prisioneiros de guerra. O conceito de mercenário adotado neste Protocolo é bastante restritivo, sendo a solução apontada na **Conferência** uma solução de compromisso. Pode-se deduzir, a partir desta negação de direitos a mercenários, que estes eram encarados como combatentes indevidos pelo direito humanitário (ZEN, 2012 p 81).

O mercenário desenvolveu uma conotação negativa ao longo dos anos, principalmente na África entre os anos de 1960 e 1970, quando a Nigéria encontrava-se no processo de independência, o que se fez necessário definir internacionalmente as atividades exercidas pelos mercenários, para que não fossem confundidos com

civis e militares em zonas de conflito. Segundo o Artigo 47 do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, de 8 de junho de 1977, um mercenário é o indivíduo que:

- a) seja especialmente recrutado no país ou no estrangeiro para combater num conflito armado;
- b) de fato participe diretamente nas hostilidades;
- c) tome parte nas hostilidades essencialmente com o objetivo de obter uma vantagem pessoal e a quem foi efetivamente prometido, por uma parte no conflito ou em seu nome, uma remuneração material claramente superior à que foi prometida ou paga aos combatentes com um posto e função análogos nas forças armadas dessa parte;
- d) não é nacional de uma parte no conflito, nem residente do território controlado por uma parte no conflito;
- e) não é membro das forças armadas de uma parte no conflito; e
- f) não foi enviado por um Estado que não é parte no conflito, em missão oficial, na qualidade de membro das forças armadas desse Estado. (USP, 2018)

No dia 4 de dezembro de 1989, as Nações Unidas também buscaram a definição do termo Mercenário com a intenção de levar a nível mundial uma lei de forma mais específica do que já era listado no artigo 47. A Convenção das Nações Unidas contra o Recrutamento, Utilização, Financiamento e Treino de Mercenários tinha por objetivo definir o indivíduo como mercenário, estabelecer as ações de recrutamento, uso, financiamento ou treinamento do indivíduo, estabelecer as obrigações, regras e responsabilidades do Estado para com os mercenários e estabelecer uma lei universal.

A principal característica dos mercenários é que são indivíduos estrangeiros que buscam o ganho monetário em troca de lutar em conflitos armados, esse fato também os define como soldados da fortuna. A motivação que levou a contratação desses indivíduos se deu pela incapacidade das sociedades de proteger seus territórios e seus domínios (SCHREIER; CAPARINI, 2005). Keegan (1993), tradicionalmente, define o termo mercenário para designar os indivíduos que trocam favores ou serviços mediante pagamento em dinheiro, propriedades e afins.

Por esse motivo, os mercenários foram criticados ao longo dos anos pelas políticas guiadas exclusivamente por considerações de conveniência e que façam qualquer coisa, seja digno ou não para atingir seu objetivo: o lucro. Maquiavel (1513), em sua obra clássica

O Príncipe que deu início a ciência política, aborda os motivos que esses indivíduos são uma ameaça ao poder central quando diz:

Os mercenários são desunidos, ambiciosos, indisciplinados, infiéis, corajosos entre amigos e covardes frente aos inimigos. Também não temem a Deus e não tem fé nos homens. Eles não têm outro motivo para permanecer no campo de batalha senão pelo pequeno salário que recebem, o que não é suficiente para morrer em defesa dos que os empregam². (Maquiavel, 1513 p. 73)

Com o conceito de soberania se espalhando mundialmente e com ele o aparecimento de regras sobre a atuação dos soldados pagos, conseqüentemente a significância e necessidade de contratação de soldados já não fazia mais sentido, pois a nova ordem dos Estados marginalizou esses grupos de forma que a serem contratados e tratados de forma ilegal.

1.1.2 Empresas Militares Privadas

O término da Guerra Fria trouxe o crescimento de diversos atores privados envolvidos em atividades tradicionalmente monopolizadas pelos Estados-nação. As guerras proporcionaram organizações terroristas, grupos mercenários, unidades de guerrilha, milícias e empresas privadas no envolvimento mais frequente e intenso em diversas circunstâncias na guerra. Esse novo contexto, marcou o surgimento e a consolidação de um leque de atores privados para fazer face aos desafios no cenário internacional (ABRAHAMSEN E WILLIAMS, 2007).

“A crescente participação de EMP’s nos conflitos tem levado a que sejam frequentemente rotuladas como “mercenários”, “cães de guerra”, fora-da-lei que espalham desordem e morte. No entanto, estas empresas estão devidamente registradas e comercializam os seus serviços no mercado aberto, oferecendo uma vasta quantidade de serviços para uma grande variedade de clientes, desde governos soberanos a agências internacionais, embaixadas e entidades corporativas. As EMP’s alegam que trabalham só com governos ou grupos internacionalmente legitimados e que os mercenários são menos seletivos em relação ao tipo de clientes. Enquanto os mercenários negam a participação em operações militares, as EMP’s publicitam os seus serviços. (MAGALHÃES, 2003 p 1).

A necessidade da apresentação do histórico do uso da violência terceirizada e a definição do mercenário em nível mundial se dá pela linha tênue existente na

² Machiavelli, Niccolò, 1469-1527. O príncipe: comentários de Napoleão I e Cristina da Suécia/ Nicolau Maquiavel; tradução de Fulvio Lubisco – São Paulo: Jardim dos Livros, 2007. p 110

comparação com as empresas militares privadas. As semelhanças se atribuem quanto ao pagamento em troca dos serviços e de serem externos aos conflitos, no entanto, há inúmeras características que diferem as EMP's dos mercenários.

Entre as particularidades que distinguem as EMP's dos antigos mercenários destacam-se, primeiramente, a capacidade e imagem empresarial, que os permitem utilizar instrumentos legais e financeiros internacionalmente aceitos que asseguram os negócios comerciais, além de se relacionarem com governos reconhecidos para que a imagem de apoiadores apelativos não os determine. (Brayton, 2002. p 306).

Peter Singer (2008) aponta algumas diferenças de como as EMP's são guiadas por interesses econômicos em vez do benefício individual. As empresas diferem também quanto a capacidade de se reinventar em suas ações e relações. Muitas começam como empresas de outros negócios e rapidamente se modificam. Os donos ou acionistas são pessoal conhecidos nas áreas de defesa, o que permite que estas firmas não operem sob o medo do Estado e sim em concordância com ele. As EMP's também buscam reconhecimento e vantagem sob as capacidades militares, fechando contratos com diversos clientes.

Em contraste com as EMP's, Schreier e Camparini (2005) definem que mercenários costumam ser grupos temporários e ad hoc de soldados individuais que são recrutados de forma injusta, a fim de evitar o processo legal. Sem o profissionalismo e a disciplina de caráter organizacional e doutrinário, os mercenários são muitas vezes limitados em suas capacidades. Dessa forma, tornam-se incapazes de fornecer qualquer outro serviço além do combate direto com alguma formação militar limitada.

As empresas militares privadas prestam vários tipos de serviços, sendo que a maioria das empresas de segurança privada são como qualquer outra empresa. Nesse sentido e acerca das características das empresas, é importante citar que:

Elas possuem estruturas corporativas convencionais, operam como entidades legais e mantêm sites e laços corporativos. [...] Tais empresas geralmente são de capital intensivo, beneficiadas por sistemas regulares de financiamento e movimentam-se sem esforço pela arena internacional. Os serviços oferecidos pela segurança privada e empresas militares abrangem desde a prestação de apoio operacional em combate, assessoria militar e treinamento e aquisição e manutenção de armas para apoio logístico, moradia, serviços de comunicações, serviços de segurança, recolha de informações e prevenção da criminalidade. (HOLMQVIST, 2005; p. 4).

Como nos EUA, essas empresas expandiram sua gama de serviços com o desenvolvimento de governança de segurança. Por exemplo, a empresa britânica Control Risks, uma das grandes empresas dos anos 70, é hoje uma importante provedora de inteligência e análise de segurança militar para o governo, organizações internacionais e empresas privadas.

Acompanhando tal conjuntura, as empresas militares privadas surgem como instrumento discreto de intervenção em conflitos. Tais empresas também são definidas pelo *Democratic Control of Armed Forces* (DCAF) como:

Empresas que oferecem serviços especializados relacionados com a Guerra e outros conflitos, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, informações, apoio operacional e logístico, treino, compras e manutenção (DCAF, 2008 p 1).

Por serem empresas, as mesmas estão motivadas por prestar serviços, estando alheias às motivações políticas que levam aos conflitos. Na guerra contemporânea as empresas militares privadas estão em crescente proeminência principalmente pelas operações militares desencadeadas pelos Estados Unidos.

Além de capacidade militar, as EMP's também demandam especialistas civis para o seu quadro. Com o grande desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, a tecnologia passou a ser elemento estratégico fundamental nos conflitos modernos. Dessa forma, indivíduos que possuem especializações em áreas tecnológicas como eletrônica e sistemas de informação e de comunicação, e com conhecimento na área da segurança, também tem participação nessas empresas. Além dessas áreas, as EMP's possuem pessoal da área de psicologia também (SCHREIER e CAPARINI, 2005, p. 21).

Existe uma preocupação crescente por parte dos Estados acerca da regulação das EMP's, dessa forma, foi publicado em 2008 o Documento de Montreux³ sobre as obrigações legais internacionais relevantes e as boas práticas dos Estados no que diz respeito às operações de empresas militares e de segurança privada durante conflitos armados. O documento, apesar de não ser vinculativo, reafirma a responsabilidade

³DOCUMENTO DE MONTREUX Sobre las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes y las buenas prácticas de los Estados en lo que respecta a las operaciones de las empresas militares y de seguridad privadas durante los conflictos armados. Acesso em: <<https://shop.icrc.org/icrc/pdf/view/id/755>>, consultado em (3 de junho de 2018).

dos Estados em assegurarem que as EMP's e ESP's cumpram com as responsabilidades das normas. O documento também indica que os Estados não permitam que as empresas não se envolvam em operações de combate.

Entre os artigos presentes no documento, pode-se destacar a vontade de garantir o respeito pelo direito internacional humanitário, como o reconhecimento por parte dos funcionários das empresas e da preparação para tais serviços e a distinção dos funcionários das empresas.

“Este documento, além de servir como guia de boas práticas para a contratação das EMP's, oferece, igualmente, soluções de regulação que podem ser incluídas em legislação interna, designada dos Estados que pretendem regular a atuação das EMP's no seu território. Poderá servir de base para a elaboração futura de uma Convenção Internacional que regule o assunto” (KOWALSKI, 2009 p 274).

Magalhães (2003) aponta que tais empresas prestam serviços para uma grande variedade de clientes, governos, agências internacionais, embaixadas, entidades corporativas, e outros tipos de clientes. As mesmas alegam que trabalham com governos ou grupos internacionalmente legitimados e sua principal motivação é o lucro em longo prazo. Muitas destas firmas operam também em países africanos, o continente desperta interesses pela quantidade de recursos naturais.

Frederik Rosén (2008), identifica quatro fatores que explicam o reaparecimento das empresas militares privadas no pós-guerra fria. Primeiramente, pode-se destacar o fator da oferta e procura no mercado, uma vez que militares que possuíam uma formação militar avançada perderam seus efetivos. Paralelo a isso, as grandes potências retiraram suas tropas das zonas conflituosas deixando um vácuo que os Estados fracos não eram capazes de compensar.

Outro fator se encontra na reestruturação do setor de segurança que mudou a dinâmica de mercado, destacando-se os Estados Unidos, o que levou a um aumento do outsourcing dessas mesmas funções, o fator que Rosén (2008) vincula a isso está diretamente relacionado com a entrada dos Estados Unidos no Iraque, que terceirizou inúmeras atividades que conseqüentemente aumentaram a procura das EMP's. O último fator está na alteração nos conceitos tradicionais de neutralidade. Neste caso, o sistema internacional transformou-se numa organização vertical de ameaças e respostas variadas. Magalhães (2003), acrescenta o fato que os políticos possuem dificuldades em justificar as baixas aos seus eleitorados.

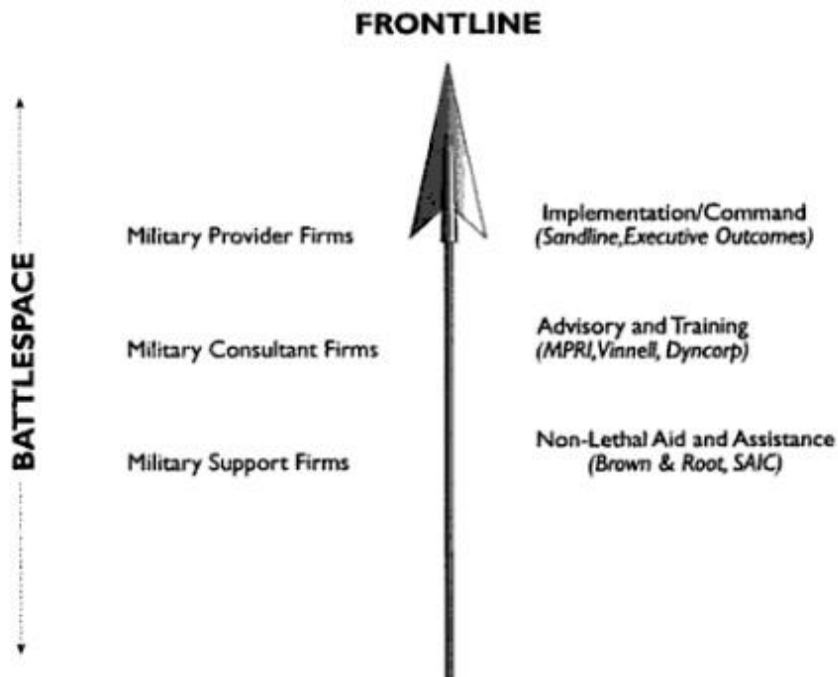
As empresas militares privadas surgem como uma solução que ampliou a capacidade militar de um governo de baixo custo financeiro, por serem uma solução temporária e podem ajudar a colocar governos em posição de negociação política para que restaurem a ordem civil e democrática em um país. Surgem também como um instrumento adequado pois está longe dos olhos da opinião pública a cerca de eventuais baixas e motivos de envolvimento. (MAGALHÃES, 2003 p. 3).

Alvelos (2016) ressalta que as EMPs nascem nos finais dos anos 60 e os tipos existentes são as Empresas, as Empresas Consultoras e as Empresas de Apoio. Três importantes dinâmicas trouxeram a ascensão dessas empresas: o vácuo produzido pelo fim da guerra fria no mercado de segurança, a mudança na natureza da guerra e a proeminência da dinâmica das privatizações.

Singer (2002) aponta que a ascensão da indústria militar privada mudou a forma dos atores do sistema global acessarem capacidades de todo o espectro de atividades militares. Sendo as EMP o mais novo ator do campo de batalha moderno, sendo um prognóstico da nova faceta da guerra, em se tratando de negócios. Isso não representa o desaparecimento do Estado sendo que as EMPs tem sido utilizadas para dar suporte aos interesses dos mesmos.

As empresas militares privadas desempenham diferentes funções. Singer (2008) diz que a melhor forma de dividir a empresa está no nível de serviços prestados e no tipo de força que ela exerce. Dessa forma, o autor utiliza a analogia da "Ponta de lança" e a divide em três tipos, como pode-se ver a seguir:

Figura 1: “Ponta de lança”



Fonte: (Singer, 2008 p. 93).

“Military Provider Firms”: São as empresas que atuam na zona de combate, ou seja, na linha de frente, e em operações de batalha. Possuem alto nível de proficiência dos funcionários.

“Military Consultants Firms”: Empresas que providenciam todo tipo de serviço com foco no psicológico e analítico providenciando aconselhamento militar e serviços de treino de meios humanos.

“Military Support Firms”: Desenvolvem os serviços internos e externos nas operações. Fornecem serviços brandos, como suporte logístico e técnico. Apesar de ser uma área multidisciplinar, ainda assim é a menos explorada pelas empresas.

As Empresas Militares Privadas realizam várias funções, dessa forma dificultam a regulamentação por parte dos Estados e do Sistema Internacional. A dificuldade encontra-se na variedade de funções que exercem para seus contratantes. “que lhes exige, que cumpram tarefas diferentes, nas quais podem ser categorizadas em mais de um sector.” (SILVA, 2008 p 11-75)

A seguir, a tabela apresenta que tipos de atividades as EMP’s desempenham:

QUADRO 1: Funções desempenhadas pelas EMP (década de 1990)

APOIO AO COMBATE	LOGÍSTICA, AQUISIÇÃO, TREINO, DIVERSOS	SERVIÇOS DE SEGURANÇA
Operações de combate e liderança	Aquisição de material bélico e armamento	Proteção de pessoal e serviço de escolta de VIPs
Operações de contra-insurgência	Desenvolvimento de forças e treino	Segurança das instalações e pessoal chave
Multiplicadores de forças	Planejamento estratégico	Serviços de reconhecimento
Operacionalização e manutenção de armamento sofisticado	Pesquisa e análise de ameaças	Segurança de entrega de auxílio humanitário
Informação militar e análise	Apoio logístico e manutenção de infra-estruturas	Aconselhamento de gestão de crise (e.g. casos de rapto)
Apoio de artilharia	Eliminação de minas	<i>cracking</i> informático
Engenharia militar	Recolhimento de taxas	Segurança de comunicações
Serviços de aviação	Treino de segurança de pessoal	Intercepção de sinais
Aconselhamento e planejamento militar	Análise de risco	Auditorias de segurança

FONTE: O. Bures, 2005; p. 536. Elaboração nossa.

Conforme apresentado, as Empresas Militares Privadas atuam em vários níveis de serviços, desde os serviços com mais técnicas, informação e apoio logístico, até a linha de frente nos combates.

Um meio para evitar a associação com mercenários é transferir o peso e enfatizar a legislação da definição que efetivamente proíbe certos atos. Tal como acontece com a maioria das formas de crimes nacionais e de lei comum, onde as pessoas não são definidas por quem são, mas sim pelas ações que realizam (SCHREIER e CAPARINI, 2005).

2. AS MEDIDAS DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS 11 DE SETEMBRO E A ASCENSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS

O presente capítulo irá abordar as medidas de segurança estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos como resposta aos ataques de 11 de setembro, e seu impacto na ascensão das empresas militares privadas. O capítulo será dividido em

três partes, uma seção para elucidar os impactos dos ataques do onze de setembro em relação à política de segurança dos Estados Unidos, a segunda para falar sobre as ações de resposta americana e por fim a última parte buscará expor a repentina expansão das empresas militares em decorrência dos fenômenos já citados.

Deste modo, o objetivo da primeira parte é compreender os ataques de 11 de setembro como evento chave para a mudança da postura americana em relação à ameaça terrorista. Especificamente a Doutrina Bush será apresentada como principal resposta, sendo a percepção de ameaça e a afirmação do ataque preventivo, estabelecidas como estratégia adequada para lidar com a mesma. Também as mudanças na política externa americana que vieram com tal doutrina serão elucidadas.

Na segunda parte será apresentada a relação entre a Doutrina Bush e as Empresas Militares Privadas, bem como o conceito de EMPs. Este conceito é extremamente relevante para definir o escopo de pesquisa do presente trabalho. Também é apresentada a atuação de tais empresas em conflitos em todo o mundo.

Na terceira e última parte, será exposta a ascensão das Empresas Militares Privadas no contexto do pós 11 de setembro, tanto no contexto da Guerra ao Terror, bem como sua atuação crescente em todos os continentes do mundo. É importante elucidar a atuação geral destas empresas para melhor compreensão do capítulo três.

2.1 OS ATAQUES DE 11 DE SETEMBRO E A DOCTRINA BUSH

Em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos foram alvos de atentados terroristas. Quatro aviões das companhias norte-americanas *United Airlines* e *American Airlines* foram sequestrados e se chocaram as Torres Gêmeas, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington D.C. O atentado provocou a morte de milhares de pessoas, além da tentativa de agressão por parte de um quarto avião caído na floresta da Pensilvânia, que provavelmente tinha a Casa Branca como alvo (BAZZANO, 2010).

O ocorrido nunca visto na história dos Estados Unidos levou o governo a anunciar uma “Guerra ao Terror”, o que provocou respostas legislativas, executivas e ações militares questionáveis (BAZZANO, 2010). Os alvos podem ser reconhecidos como os pilares dos Estados Unidos: a Casa Branca (o símbolo político), o Pentágono (o símbolo militar) e as torres gêmeas do *World Trade Center* (o símbolo econômico).

No momento em que os aviões se chocaram às Torres Gêmeas, o Sistema Internacional reconheceu a ação como uma ameaça terrorista, e fez-se necessário o desenvolvimento de uma nova política de defesa, em especial nos EUA, país alvo dos ataques.

De acordo com Amorim (2004), se entende que os Estados Unidos saíram da Guerra Fria com hegemonia internacional. O colapso da União Soviética abriu caminho para um sistema internacional unipolar, pautado pela cooperação e aproximação das nações, com os Estados Unidos enquanto figura hegemônica no sistema. Desta forma o país estava no centro enquanto aliado das demais potências e também inimigo de outras.

O pós Guerra Fria, segundo Cantalapiedra (2008), caracterizava incerteza quanto às ameaças à segurança nacional, é por esse motivo que um dos acontecimentos de grande impacto na comunidade internacional no pós Guerra Fria foram os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Tanto as causas quanto às respostas remetem ao terrorismo, cuja percepção e combate mudaram ao longo do tempo. De acordo com Dutra (2018), “o 11 de setembro representou um marco histórico e tornou-se um dos eventos mais importantes do século XXI, por ser o exemplo máximo desse fenômeno nos tempos atuais”. Assim o ataque ao país no dia 11 de setembro de 2001 colocou em questão “novas variáveis, novos objetivos, novos medos, novas perguntas e novas respostas”. (AMORIM, 2004 p 2).

Segundo Mathias (2004), no 11 de setembro os EUA perderam a sua ingenuidade frente a crença do mundo acerca de importância de sua hegemonia, e sua posição “inofensiva para o mundo”.

Desta forma, os atentados de 11 de setembro se configuraram como um desafio à tal hegemonia, ao mostrar para o mundo que o país também poderia estar sujeito a um atentado como esse. “As consequências dos ataques foram devastadoras, pelo número de vítimas atingidas e pela revelação da vulnerabilidade da sociedade que era considerada a mais desenvolvida e a melhor protegida.” (MATHIAS, 2004 p. 2).

Os EUA se colocaram como vítima de um atentado terrorista e tal posicionamento facilitou a não associação dos “atentados a respostas a políticas suas: consideram-se objeto de uma agressão brutal e covarde, vítimas de uma guerra não declarada.” (MATHIAS, 2004 p 3). Havia também uma postura de primazia americana

que foi mantida na nova estratégia de segurança nacional americana, com a retomada de direcionamento de todos os recursos da nação para uma ameaça definida: O terrorismo.

Faz-se importante ressaltar que em 1997, iniciou-se o Projeto para um Novo Século Americano (PNAC - The Project for the New American Century, 2000) com a participação de Cheney e Rumsfeld que pressionava o presidente Bill Clinton para uma mudança de regime no Iraque. As premissas defendiam uma “política de força militar e clareza moral” e formariam mais tarde o pilar da política externa de Bush (SCAHILL, 2008).

Em setembro de 2000, dentre os objetivos da nova liderança civil do Pentágono, estava a crescente implementação da terceirização militar. A partir disso, o Secretário de Defesa Rumsfeld, um dia antes do ataque às Torres Gêmeas, discursava no Pentágono sobre a necessidade de substituir a burocracia do órgão por um modelo se baseasse no setor privado. Dessa forma, anunciava uma “grande iniciativa para modernizar a capacidade de intervenção do setor privado nas guerras empreendidas pelos Estados Unidos” (SCAHILL, 2008, p. 60). Entretanto, era necessário um evento motivador para tal iniciativa, pois sabia que seria um longo processo. No dia 11 de setembro de 2001, o ataque às Torres Gêmeas seria este evento (SCAHILL, 2008).

A premissa que rege toda a Doutrina Bush é a de que a segurança norte-americana está inerentemente vinculada ao uso de todo seu poder. A postura de reação consequente da Guerra Fria foi substituída por um comportamento ativo, com grande importância dada para o poder militar do país (GOMES, 2007).

Bruno (2005), aponta que os três pilares básicos da Doutrina Bush são: a visão do terrorismo como o principal inimigo da humanidade, e a guerra declarada ao terrorismo e a ameaça aos países que abrigam terroristas, bem como o condicionamento de apoio financeiro e diplomático ao engajamento de outros países; O esgotamento do modelo de dissuasão da ameaça trouxe a opção de ataques militares preventivos como resposta para o novo modelo de ameaça; a escolha da ação unilateral, quando necessário e a sensação de que o mundo se torna um lugar perigoso exigindo dos Estados Unidos a afirmação da sua supremacia na política mundial, além de que apenas o poder norte-americano poderia defender a integridade americana.

Segundo Jervis (2003), acrescenta que Doutrina Bush possui outros elementos que são a crença na importância do regime doméstico estatal na determinação das políticas externas e a percepção relacionada de que os Estados Unidos vivem um momento de oportunidade para transformar a política internacional.

A resposta imediata aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 revela que a burocracia governamental da administração teve peso fundamental na formulação da política externa dos EUA, sempre guiada pelas diretrizes propostas por Bush (segurança, prosperidade e liberdade) para exercício soberano do poder norte-americano. (GOMES, 2007).

Desta forma, os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 alteraram mecanismos no instrumento militar, inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente no sistema internacional. O aumento da empregabilidade de pessoas na área de segurança privada, e a quantidade de recursos investidos na mesma foram influenciados pelos atentados. “Com o 11 de Setembro se considera o estado de guerra e se identifica uma ameaça à sobrevivência dos EUA.” (CANTALAPIEDRA, 2008 p. 57).

No pós 11 de setembro de acordo com Proença (2009), uma série de riscos e perigos subiram na hierarquia de preocupações dos Estados. Um exemplo é que segundo Pecequilo (2006), o 11 de setembro conseguiu reordenar a agenda da política externa norte-americana do então Presidente George W. Bush ao longo de seu mandato. Deste modo, a prioridade de atuação de seu governo foi influenciada pelas consequências desse evento. A autora aponta ainda que a legitimação da Doutrina Bush e as mudanças na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos foram os ataques de 11 de setembro de 2001.

Os ataques terroristas também evidenciaram a necessidade de reconhecer a atuação de novos protagonistas no que se refere ao uso da força. Desta maneira, a comunidade internacional foi forçada a reconhecer que existiam outros atores que empregavam a força, para além do Estado.

Os Estados podem entrar em Guerra contra uma rede terrorista, uma milícia, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra o crime organizado. As Guerras irregulares podem também ser travadas entre dois ou mais grupos organizados, não envolvendo nenhum Estado. (PROENÇA, 2009 p. 2)

De acordo com Cantalapiedra (2008), a política de contenção, anterior ao 11 de setembro possuía características de “Uma ordem internacional aberta aos interesses e valores dos EUA, que inclui a institucionalização e promoção da democracia e do livre mercado, com a centralidade dos EUA no sistema”.

2.2 A DOCTRINA BUSH E SUA INFLUÊNCIA NA EXPANSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS

Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, as Empresas Militares Privadas solidificaram a sua posição no que concerne aos conflitos militares contemporâneos. Bonfim (2014), aponta que os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 simbolizam o exemplo máximo de uma nova era para as atividades terroristas transnacionais, iniciada na década de 90.

De acordo com Bonfim (2014), “Os atentados de 11 de setembro de 2001 transformaram a política externa dos Estados Unidos dos anos de relativa paz conquistada ao final da Guerra Fria”. Em relação ao 11 de setembro o principal resultado em termos de política externa é a mudança em relação às ameaças externas, também conhecida por Doutrina Bush.

Esta Doutrina representa uma mudança na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. “Os americanos declararam suas intenções de fazer uso de uma estratégia de *first strike*, com recursos de poder convencionais ou avançados” (Pecequilo, 2002 p. 5).

Para conseguir posicionar o Iraque como alvo internacional levantou-se o argumento do desrespeito as normas internacionais e a possível existência de arsenal nuclear, químico e biológico, que em mãos terroristas constitui ameaça séria à comunidade internacional. Os autores destacam ainda “a ausência de provas concretas de que o Iraque possuía ligação com o regime talibã, embora o discurso de Bush tenha dado ênfase a tal suposição na tentativa de convencer o público do perigo que isso poderia representar” (QUEIROZ, CARDOSO, 2017 p. 77).

Santos e Teixeira (2013) apontam que dentre os motivos e justificativas pelas invasões do Afeganistão e Iraque, trazer a democracia para essas sociedades foi um objetivo apresentado logo após o 11 de setembro.

Deste modo, em termos de segurança a resposta oficial dos Estados Unidos em relação ao 11 de Setembro foi a publicação da Nova Estratégia de Segurança (NSS-NSC/2002), também conhecida como Doutrina Bush. Dunmore (2009) define a doutrina Bush como a rejeição da postura militar tradicional de defesa e a dissuasão em favor de uma política de intervenção preventiva.

Santiago (2018) apresenta a Doutrina Bush como conjunto de princípios e métodos adotados pelo presidente George Bush ao longo de seu mandato em sua política doméstica e exterior. No que se refere à política doméstica, Pecequilo (2002) ressalta a reformulação de agências e fortalecimento do sistema político e econômico, construindo uma segurança de dentro pra fora. Em busca da prevenção do surgimento de ameaças semelhantes à Al Qaeda, uma agenda de ajuda a Estados instáveis buscando manter a coesão das sociedades.

A democracia foi identificada pela Administração Bush como a arma suprema para vencer a Guerra ao Terror (SANTOS, TEIXEIRA 2013 p. 132) pela estabilidade que tal regime pode trazer às nações que o utilizam. O contexto motivacional da Doutrina Bush como um desejo Pós Guerra Fria de manter a supremacia global dos Estados Unidos por meio da manutenção da proeminência militar.

Sendo a organização terrorista Al Qaeda responsabilizada pelo ataque, os Estados Unidos atacaram o Afeganistão em busca da derrota do regime Talibã, que controlava a Al Qaeda. Deste modo, “adicionalmente foi levantado o perigo que poderiam representar Estados como Irã, Iraque e Coreia do Norte, rotulados como *Rogue States*”. (QUEIROZ, CARDOSO, 2017 p. 27).

A Doutrina Bush mudou a direção das relações internacionais dos Estados Unidos, substituindo os princípios da contenção da época da Guerra Fria - baseada na persuasão e dissuasão - pelo de ataques preventivos. Nesse sentido o 11 de setembro modificou drasticamente a postura dos EUA em relação às ameaças externas:

Mais do que à ação, a América dedicava-se à contenção de seus adversários, nunca entrando em guerras ou conflitos sem um ataque anterior de seus inimigos, gerando o conflito à partir da necessidade da defesa dos interesses americanos e de seus aliados. (PECEQUILO, 2002. P.5)

Desta forma, o unilateralismo se tornou princípio norteador da nova política externa norte-americana, indiferente aos tratados e instituições internacionais no que se refere à guerra ao terror. Na Nova Estratégia de Segurança, os Estados Unidos se reservavam o direito de, mediante a ausência de consenso global, encaminhar suas

ações unilateralmente (PECEQUILO, 2002). O unilateralismo apresentado pela Doutrina Bush causou receio de que os EUA poderiam agir na ausência da aprovação prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou outras entidades internacionais. (RATO, 2008)

Sob uma leitura das ameaças pós 11 de setembro, Rato (2008) aponta que as prioridades estratégicas estabelecidas pelo país eram impossíveis de concretizar “âmbito das instituições de segurança internacional existentes” (RATO, 2008 p. 35).

A Doutrina Bush partia do princípio que fatores não estatais não seriam dissuadidos pela lógica tradicional da contenção, o que justificaria a estratégia de ataques preventivos. Rato (2008) afirma que a política externa de Bush era transformativa e sua posição mais polêmica talvez fosse o uso da força preventiva e legítima porque implica uma resposta a um perigo iminente, já o uso da força preventiva é mais difícil de justificar uma vez que visa evitar que uma ameaça longínqua se transforme numa ameaça iminente.

Desse modo, o princípio do ataque preventivo estava atrelado ao papel das organizações internacionais e a dificuldade em construir consenso em relação à ameaças comuns. Rato (2008) aponta que a Administração Bush argumentava que nenhum Estado poderia ser obrigado a adiar o uso da força até que obtivesse a aprovação de entidades internacionais ao enfrentar uma ameaça.

Queiroz e Cardoso (2017, p. 75) ressaltam que “a doutrina do ataque preemptivo, um dos argumentos levantados pelos EUA para justificar a intervenção, não passou de mera retórica na construção de um enredo que referendasse a ação militar”. Rato aponta que a grande estratégia da Casa Branca indicava a intenção de preservar o domínio absoluto dos Estados Unidos, ou seja, a determinação de prolongar no tempo o momento unipolar.

Dunmere (2009) argumenta que o 11 de setembro foi um elemento de legitimação da Guerra Preventiva. No contexto dos ataques terroristas, a legitimação levou a Doutrina Bush a ser considerada uma resposta natural à ameaça terrorista. A autora prossegue ao ressaltar que a doutrina é naturalizada por meio da voz do presidente Bush, que traz a mudança na política de segurança ao contexto do pós 11 de setembro.

O evento conhecido como “guerra ao terror”, Bush ordenou a invasão do Afeganistão ainda em 2001 – após recusa do Talibã em entregar o chefe da rede Al-Qaeda, que assumiu a autoria do ataque. Foi a chance da recém criada cúpula da

defesa norte-americana colocar em prática a doutrina por eles formulada. Após ataque coordenado entre os países da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), em operação conhecida como Liberdade Duradoura, testou-se as novas estratégias. O sucesso inicial da operação e a derrubada do regime Talibã possibilitou o planejamento de mais uma cruzada neoconservadora em busca da destituição de regimes, dando início a Guerra do Iraque (SCAHILL, 2008).

2.3 A ASCENSÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NO PÓS 11 DE SETEMBRO

Conforme citado anteriormente, mudanças que aconteceram no pós 11 de setembro proporcionaram condições para a ascensão das EMPs, as colocando em posição de destaque nos conflitos contemporâneos. Neste período então o número de contratos firmados com as EMPs cresceu exponencialmente em quase todos os continentes do mundo. Tais empresas já atuaram em todos os continentes, até mesmo na Antártica, estando nos últimos anos presentes em mais de cinquenta países ao redor do mundo (SCHREIER e CAPARINI, 2005).

Para Peter Singer (2008), o momento em que as forças Norte-americanas invadiram o Iraque em 19 de Março de 2003, significou que esse foi um momento importante para a política estrangeira americana e foi também um momento preponderante para a Indústria Militar Privada.

Costa (2012) ressalta que as intervenções militares estadunidenses no pós-11 de setembro caracterizam-se pela crescente demanda por serviços oferecidos por Empresas Militares Privadas, que possuem um corpo de soldados especialmente treinados para manejo de armas e equipamento de alta tecnologia em regiões inóspitas. A Guerra do Iraque se mostrou o maior exemplo de engajamento destas empresas em toda a história (SINGER, 2004). Ao longo da guerra, cerca de 50% das forças militares correspondiam a servidores privados (SCHWARTZ e CHURCH, 2013).

David Isenberg (apud MENEZES, 2008) elucida dois fatores para a ascensão do uso de tais empresas no conflito Iraquiano: A insuficiência de militares para as operações de segurança e estabilidade, e a necessidade de reconstrução massiva no Iraque, onde a proteção daqueles que executavam a reconstrução era fundamental.

Figura 1 – A atividade global da indústria Militar Privada, 1991-2001

Figure 1: The Global Activity of the Privatized Military Industry, 1991-2001



Fonte: Singer (2002)

Países de diversos níveis econômicos têm utilizado crescentemente os serviços de tais empresas desde os anos 90. Um grande exemplo disso são a Arábia Saudita e a República Democrática do Congo. Sua influência no processo e resultados de diversos conflitos é latente e elas recebem crédito por diversos desses resultados.

Singer (2002) ressalta que toda operação militar no pós Guerra Fria realizada pelos Estados Unidos envolveu níveis significativos de suporte de Empresas Militares Privadas. Não apenas Estados mas também indivíduos, corporações, e organizações internacionais buscam suporte das EMPs, deste modo o real impacto de sua atuação requer um estudo pormenorizado.

A partir dos atentados de 11 de setembro, a posição das mesmas em diversos teatros de operações após a intervenção no Afeganistão e no Iraque, de maneira mais relevante no Iraque, chamando a atenção da opinião pública (MENEZES, 2008 p. 81). Para o desenvolvimento do presente trabalho será estudado o caso da intervenção americana no Iraque e a atuação das Empresas Militares Privadas.

As EMP'S permitem também o envolvimento indireto em zonas de conflito estratégicas mas consideradas politicamente inconvenientes "logo, que os Estados tenham políticas externas mais "racional", longe das limitações impostas pelo debate público e pelo controle legislativo". (SINGER, 2003)

Dada a atual relação da força militar estatal com a tecnologia, faz-se cada vez mais importante a presença de especialistas desta área prestando apoio aos governos. Neste aspecto, o Estados ficam cada vez mais dependentes das ações das

EMP's, isso ocorre em grande parte pela consequência dos investimentos em pesquisa no âmbito da tecnologia militar estarem, cada vez mais, concentrados no setor privado (SINGER, 2001, NASCIMENTO, 2010).

Barnes e Stoll (2007) ressaltam que o uso da força militar se tornou um desafio para os Estados Unidos. A discussão acerca da guerra preventiva e sua aplicabilidade no caso do Iraque levaram a reações diversificadas na opinião pública.

Vizentini (2003) analisa a Guerra como um evento extremamente relevante em seu contexto, que representou uma manobra estratégica voltada para a luta pela liderança do sistema internacional, que como resultado se tornou multipolar. De acordo com Bresser Pereira (2004) a Guerra terminou em vitória militar, porém derrota política. O autor afirma que ao fim da guerra a hegemonia americana estaria prejudicada. Causando ainda mais insegurança no mundo, reforço do terrorismo e maior instabilidade política do Oriente Médio.

Sobre a Guerra do Iraque, Castro e Teixeira (2013) apontam que um mês após a invasão ao Iraque, em maio de 2003, Bush declarou vitória americana. Apesar disso em setembro de 2004 tornou-se claro que não haviam armas de destruição em massa no Iraque. Sob esta constatação os tomadores de decisão apresentaram a democratização do Iraque como garantia da segurança americana. Bonfim ressalta:

Contudo, nem as inspeções e, posteriormente, nem a invasão militar dos EUA seus aliados, encontraram tais armas mas, o que se notou após o conflito era o enorme lucro obtido por empresas militares privadas e pelas companhias de petróleo. (BONFIM, 2008 p.36)

3. AS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS E A SUA ATUAÇÃO NA GUERRA NO IRAQUE

Dado o contexto dos ataques de 11 de setembro, a resposta americana e a atuação e evolução das Empresas Militares Privadas, o presente capítulo buscará apresentar o caso da atuação das mesmas na Guerra do Iraque, seus resultados e a repercussão no sistema internacional.

A primeira parte trata da Guerra do Iraque no escopo da Doutrina Bush, no sentido de que tal Guerra foi influenciada pela nova maneira de operar da

administração Bush. A segunda parte do presente capítulo aborda a presença das empresas militares privadas no conflito.

Singer (2004) ressalta que o conflito no Iraque ilustrou os dilemas que as empresas militares privadas trouxeram para o escopo legal, questões acerca da divisão entre civis e militares, bem como arcabouço jurídico que rege os integrantes das Empresas Militares Privadas.

3.1 A GUERRA DO IRAQUE NO CONTEXTO DA DOCTRINA BUSH

Embora faça parte das ações estabelecidas pela Doutrina Bush no que se refere à guerra preventiva, a Guerra ao Iraque se efetivou por meio da percepção de que este país desenvolvesse armas de destruição em massa e que o regime vigente financiava grupos terroristas. Alguns dos fatores que favoreceram a guerra, além de tais justificativas, foram as proporções que a ameaça terrorista tomou frente ao ataque do 11 de setembro.

Bonfim (2014) assevera que logo após os atentados, a administração Bush relacionou os combatentes islâmicos membros da Al-Qaeda com o regime de Saddam Hussein, numa clara tentativa de justificar ao público americano a invasão no Iraque. “No plano externo, o seu governo, junto com o britânico, alegavam que a presença de armas de destruição em massa contra as resoluções da ONU impostas ao governo iraquiano durante os anos 1990” (BONFIM, 2014 p. 10). Bresser Pereira ressalta que

Os argumentos a favor da guerra variaram no tempo. Primeiro foi a ameaça representada por armas químicas de destruição em massa. Só a guerra preventiva poderia impedir esse perigo. Entretanto o governo americano não foi capaz de explicar porque a clássica política da contenção ou da dissuasão não seria suficiente.” (Bresser-Pereira, 2004 p. 5)

Deste modo, em 2003 a ofensiva americana no Iraque iniciou, em coalizão internacional com aproximadamente outras 40 nações que deram suporte de alguma forma para esta operação. De acordo com o site Geocities, 98% das forças militares era norte americana ou britânica. Em 19 de Março de 2003 as forças Norte americanas invadiram o Iraque. Foi um momento preponderante para a política externa americana e foi também um momento preponderante para o Industria Militar Privada” (SINGER, 2008 p 243).

A Guerra do Iraque foi também um canal de proeminência das empresas militares privadas. Dentre elas estão a *Blackwater*, a *Triple Canopy*, a *Aegis Defense*

Services, entre outras relevantes. Tais empresas atuaram no conflito tendo como objetivo o lucro sobre um mercado motivado pela privatização militar.

Quanto à interferência das EMPs nos Estados, Nascimento (2007) ressalta que os Estados clientes das EMPs não conseguem realinhar suas forças armadas e que por mais que seja vantajoso contratar as EMPs em termos de custos e efetividade, com o tempo pode-se gerar uma dependência de tal serviço.

Por outro lado os países sede das empresas, conforme o autor, são capazes de absorver os riscos da privatização. “compartilhamento do atributo principal do Estado com atores privados implicaria o debilitamento irreversível do controle do poder central sobre seus meios coercitivos.” (NASCIMENTO, 2007 p. 44).

3.2 A PRESENÇA DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS NA GUERRA DO IRAQUE

O grande contingente privado que atuou ao longo da Guerra do Iraque exerceu diversos papéis no conflito. Menezes (2008) ressalta as funções das empresas militares privadas ao longo das operações no Iraque, nomeadamente a garantia do tactical air picture para o Centro de Operações Aéreas Conjunto, o apoio aos *Unmanned Aerial Vehicles* (UAV) e as ligações de dados para transmissão de informação.

Desempenharam também tarefas de apoio logístico, apoio de manutenção, transporte de material e combustível, bem como apoio médico. Singer (2004), ressalta a manutenção de armas e operação de sistemas eletrônicos de combate e defesa como funções exercidas por esses contingentes. No que se refere à manutenção de tecnologias avançadas, os funcionários de empresas privadas se destacam. Todo esse suporte operacional foi dado às missões norte americanas.

Singer (2004) aponta ainda as EMPs também desempenharam a função de segurança de oficiais norte americanos e treinamento de forças locais. Na segunda fase da Guerra do Iraque, denominada ocupação, surgiu uma tendência de concentração de serviços privados. Singer (2008) ressalta que críticas surgiram em termos do erro estratégico na concentração de forças nas tropas para a invasão, e investindo de maneira desproporcional em relação à reconstrução do Iraque. “Estima-se que na invasão do Iraque havia um funcionário privado para cada 10 militares da coalizão; no período de ocupação, a proporção aumentou: um privado para cada dois militares” (ISENBERG, 2006).

Clivaz (2008) ressalta que em 2007 o número de contratados por empresas ultrapassou o número de militares ao somar os que estavam alocados em atividades de segurança e proteção. Clivaz (2008) aponta um número de 180 mil funcionários de EMPs no conflito.

As implicações econômicas da invasão do Iraque de acordo com Neto (2010) foram relacionadas ao dinheiro dispendido na operação. Os cidadãos americanos manifestaram preocupação em relação aos desperdícios ligados às ações de reconstrução. A duração e a diversidade de ações realizadas na campanha trouxe um agravamento negativo às contas americanas, se tornando uma vulnerabilidade para os Estados Unidos. (NETO, 2010)

Em relação às implicações políticas da Guerra do Iraque e a presença das Empresas Militares Privadas, o novo framework da política internacional dos EUA ao utilizar métodos mais diretos de uso da força, tendo em vista o conceito de superpotência com responsabilidades globais. Uma vez que frente aos ataques do 11 de setembro, os Estados Unidos mudaram sua política externa o mercado de Empresas Militares Privadas (NETO, 2010).

A busca por terceirização militar foi também impulsionada pelo fim da Guerra Fria que deixou para trás um grande número de pessoas, recursos, e armamentos. Isso enriqueceu o mercado das empresas e levou os militares dispensados pelas forças armadas a trabalhar para essas empresas e futuramente servir em conflitos. As empresas privadas além de aumentarem a eficiência econômica, podem reduzir o nível de impopularidade de missões longínquas. Sendo as baixas um fator importante no resultado da opinião pública, com a atuação das empresas militares privadas, as mesmas resultam em impacto menor na opinião pública.

Tal número de contratados nos conflitos armados, em detrimento de pessoal militar traz relevância à discussão e análise de questões relacionadas ao âmbito político, jurídico e as consequências desta atuação nos conflitos. Neto (2010) assevera que o impacto da contratação de empresas militares privadas, está relacionado com o contexto pelo qual tais empresas foram contratadas.

Clivaz (2008) aponta que a flexibilidade oferecida pelas EMPs é crucial para que sua atuação seja aceita. Por outro lado, uma vez que a perda de controle sobre a atuação das empresas pode trazer o uso excessivo da força e violência. Clivaz ressalta ainda que existem registros de empresas contratadas pelo Departamento de

Estado Americano, como a Blackwater, em mais de metade dos casos abriu fogo primeiro (sem que tenham sido atacados).

As falhas da atuação de empresas militares privadas em conflitos ficaram evidenciadas no caso da Guerra do Iraque. A busca pela maximização dos lucros e otimização de recursos trouxe ocorrências em que as empresas atuantes estavam despreparadas, ou com falta de pessoal.

Um exemplo relatado por Waxman (2007) foi o caso da Blackwater em Fallujah. No dia 31 de Março de 2004, 4 indivíduos da empresa foram mortos a tiro por insurgentes. Relatos da equipe apontaram que seis empregados estavam escalados para participar da missão, porém a empresa realocou outros dois para atividades administrativas, isso exemplifica a busca pela redução de lucros.

O incidente ocorreu entre um período de transição de responsabilidade das operações entre duas empresas. No dia após o incidente, deram início a uma auditoria interna dos acontecimentos e que classificasse os documentos para que ninguém externo à empresa tenha acesso a eles.

Nesse sentido é importante ressaltar a ausência de leis que possam responsabilizar essas ações. As empresas não possuem obrigações de publicar seus documentos internos e relatar para seus clientes (os Estados) os resultados de sua atuação.

Exemplificado outros casos de irresponsabilidade na atuação, voltando para o caso do abuso no uso da força, Isenberg (2006) faz uma abordagem do processo de interrogatório. O autor afirma que a tortura e o escândalo dos abusos, horrorizaram pessoas em todo o mundo e a opinião pública começa a questionar as atividades das EMPs.

O mesmo autor também descreve o incidente que ocorreu numa estrada que liga ao aeroporto de Bagdá, relatando que num site associado à empresa militar privada AEGIS, aparecem quatro cliques separados, onde é possível ver guardas de segurança de Bagdá abrirem fogo com armas automáticas sobre automóveis civis.

Durante a auditoria informações acerca da atuação da Blackwater foram revelados por empregados, que relataram caos nas operações e ausência de qualificação do pessoal para os cargos que ocupava. No caso do incidente em Fallujah a equipe envolvida tinha acabado de chegar ao Iraque, e não estava familiarizada com as estradas de sua área de atuação.

Um outro incidente relatado por Eça (2009) aconteceu em Bagdá na praça de Nisour. De acordo com o autor, afirma que empregados da empresa Blackwater mataram 14 civis iraquianos.

Conhecido como "o domingo sangrento de Bagdá", o caso ficou marcado como um dos capítulos mais infames da Guerra do Iraque. O júri da cidade de Washington considerou os réus culpados por terem disparado com metralhadoras e granadas contra uma multidão que permanecia na praça Nisour, em Bagdá (OPERAMUNDI, 2014).

Os mesmos abriram fogo indiscriminadamente na praça de Nisour, em plena luz do dia sem qualquer provocação relatada por parte dos civis. Quando processados, um dos réus afirmou que “queria matar o máximo de iraquianos para vingar o 11 de Setembro e por várias vezes, repetiu o número de civis iraquianos que já tinha abatido”. Tal atitude passional ressalta que os funcionários das EMPs não estão preparados para uma missão com objetivos pré determinados e podem utilizar as missões para agir de acordo com emoções e objetivos próprios. Além disso, o governo americano não agiu judicialmente perante a empresa contratada, apenas os funcionários.

Considerando a Guerra do Iraque, diversos problemas em termos de regulação às EMPs surgiram. A conjuntura global veio à tona por meio das circunstâncias da atuação das EMPs no conflito. Nos casos citados, nenhuma legislação internacional era aplicável aos funcionários das EMPs atuantes no conflito. Embora órgãos internacionais demonstrassem certo grau de preocupação e busca pela regulação de determinadas práticas, não houve vontade política para a efetivação de uma acusação formal.

Nesse sentido, o Governo Americano por meio da Autoridade Provisória da Coalizão, expediu a Ordem nº 17, isentando os funcionários das EMPs e suas infrações da lei iraquiana. Assim, os funcionários destas firmas permaneceram imunes até dezembro de 2008, quando a determinação expirou – já quase no fim da operação no país (NETO, 2010). Deste modo, nenhum prestador de serviços ao longo do conflito foi condenado por crimes cometidos no Iraque. Por outro lado, alguns soldados norte americanos sofreram punições pela justiça do país.

Singer (2004) ressalta que o conflito iraquiano serviu para demonstrar os dilemas que as empresas militares privadas introduziram nos aspectos legais. Sendo

os funcionários das mesmas, parte integrante das operações militares. Desta forma a distinção entre civis e militares se torna um desafio sendo que civis se tornaram peças fundamentais das operações.

Para trabalhar com a opinião pública, as empresas costumam mudar seu nome. Estratégia de mercado comum em caso de escândalo ou controvérsia, que é utilizada por diversos ramos. No caso da Blackwater, a mesma tornou-se Academi e atualmente continua prestando serviços a diversos Estados, incluindo o Brasil durante a copa de 2014, treinando a polícia militar e federal na prevenção de ações terroristas (OperaMundi, 2014).

Fontaine e Naigl (2010) apontam sugestões para que o processo de contratação das empresas para operações e o desempenho das EMPs seja mais efetivo. Melhorar a gestão dos governos que contratam EMPs, aumento da transparência e responsabilidade, reforma do quadro jurídico e quadro regulamentar, Elevar os padrões de conhecimento entre os contratantes, bem como esclarecer seu papel. Por fim, intensificar o controle das ações dos empregados das EMPs.

CONCLUSÃO

O fenômeno da terceirização da guerra é uma realidade à qual o sistema internacional ainda está se adaptando e aprendendo a reconhecer, regulamentar e administrar. Nesse sentido, este processo apresenta tendência de continuidade nos conflitos contemporâneos. A história da terceirização do uso da violência se torna fundamental para compreensão da relação do Estado com o uso da força e as mudanças que culminaram no fenômeno atual.

Desde os mercenários, passando pela fundação das Empresas Militares Privadas, o período do Pós Guerra Fria, até o pós 11 de setembro, diversas transformações nos aspectos militares levaram ao fenômeno abordado pelo presente estudo.

Conforme apresentado, as Empresas Militares Privadas são organizações com fins lucrativos e que oferecem aos seus contratantes serviços militares. A terceirização do uso da violência é um fenômeno que tem evoluído com a mudança do papel do Estado e da natureza dos conflitos que acontecem no âmbito dos Estados. Nesse sentido, a compreensão de que tal fenômeno perpassa a história desde a antiguidade é fundamental para a compreensão de sua importância hoje. Em torno do processo de terceirização do uso da força, é fundamental a compreensão de que as EMPs são também uma ferramenta de intervenção discreta em conflitos.

Sendo os ataques de 11 de setembro um marco para a ascensão das Empresas Militares Privadas, a discussão acerca da doutrina Bush é fundamental para a compreensão da mudança na percepção de ameaça por parte do governo americano e conseqüentemente a sua postura em termos de resposta às mesmas.

Por isso a Doutrina Bush se torna uma referência por permitir que os Estados Unidos se empenhem em uma Guerra ao Terror. Esta guerra leva o país a se envolver em conflitos em diversos países utilizando como meios de combate o serviço das Empresas Militares Privadas.

Em um cenário em que os Estados Unidos passam a utilizar dos serviços das EMPs a consequência foi a ascensão e fortalecimento das mesmas. A redução de custos e manejo da opinião pública foi fundamental para a escolha das EMPs para assumir determinados pontos das operações.

Um conflito de destaque no cenário da Guerra ao Terror foi a Guerra no Iraque. No escopo da Doutrina Bush, alguns dos fatores que favoreceram a guerra ao terror,

além de tais justificativas, foram as proporções que a ameaça terrorista tomou frente ao ataque do 11 de setembro. O uso da força militar se tornou um desafio para os Estados Unidos.

Sendo a Guerra do Iraque um canal de proeminência das empresas militares privadas, tais empresas atuaram no conflito tendo como objetivo o lucro sobre um mercado motivado pela privatização militar. Tais empresas assumiram funções de atividades táticas, ligações de dados para transmissão de informação bem como tarefas de apoio logístico, apoio de manutenção, transporte de material e combustível e apoio médico.

O presente estudo ressaltou o exemplo da empresa Blackwater que apresentou fortes falhas na sua atuação no conflito no Iraque. Nesse sentido se conclui que as Empresas Militares Privadas, apesar de serem fortes em termos de eficiência econômica, trazem diversas vulnerabilidades em termos operacionais. Tais vulnerabilidades podem afetar tanto os civis dos países no qual elas atuam, quanto o país para o qual as EMPs prestam serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Paulo 2004. **A Revisão da Política Externa Norte Americana no Pós 11 de Setembro de 2001, O Século Americano.** Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/a_revisao_da_pe_eua_pos_11_setembro.pdf> Acesso em: 20/05/2018.

BOBBITT, P. **A Guerra e Paz na História Moderna.** Campus, 2003.

BONFIM, Marcelo Garcia. **A guerra do Iraque na História oficial e em outras versões;** 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2014.

BRUNO, Arthur. **A Doutrina Bush.** 2005. Disponível em: <<http://arturbruno.com.br/atualidades/texto.asp?id=731>> Acesso em: 20/02/2018

BRUYÈRE-OSTELLS, Walter. **História dos mercenários: de 1789 aos nossos dias.** trad. Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2012.

Cameron, L. **Private Military Companies: Their status under international humanitarian law and its impact on their regulation.** *International Review of the Red Cross*, 88(863), pp. 573–598, 2006.

CANTALAPIEDRA, David. **A Administração Bush e o Futuro da Política Estratégica dos EUA.** Scielo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n19/n19a05.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018

CLIVAZ, Emmanuel. **Private Contractors on the Battlefield.** International Relations and Security Network. 2008. Disponível em: <http://se1.isn.ch/serviceengine/Files/ISN/93879/ipublicationdocument_singledocum> . Acesso em: 04/04/2018.

DA SILVA, Caíque Tomaz Leite. PICININI, Guilherme Lélis. **Paz de Vestefália & soberania absoluta.** Revista do Direito Público. Londrina, v.10, n.1, p.127-150, jan./abr.2015. DOI: 10.5433/1980-511X.2015v10n1p127.

DCAF. **Private Military Companies.** Geneva Center For the Democratic Control of Armed Forces, 2006 Disponível em: <http://www.dcaf.ch/news/_diarydetailskms.cfm?lng=en&id=15785&nav1=2>. Acesso em: 15/05/2018.

DOCUMENTO DE MONTREUX. **Sobre las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes y las buenas prácticas de los Estados en lo que respecta a las operaciones de las empresas militares y de seguridad privadas durante los conflictos armados.** Disponível em:< <https://shop.icrc.org/icrc/pdf/view/id/755>> , acesso em 3 de junho de 2018

FONTAIGNE, Richard e NAGL, John. **Contracting in Conflicts, The Path to Reform.** 2010. Disponível em: <http://www.cnas.org/files/documents/publications/CNAS_Contracting%20in%20Conflicts_Fontaine%20Nagl.pdf> . Acesso em: 28/05/2018

GARCIA, Proença. **“A nova polemologia”** in *Vários, Negócios Estrangeiros*, 2009 N.º 14, Abril, p. 76-111.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas. São Paulo, 2008. Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 20/03/2018

HOLLAND, Julian e BROOKE, Norman. **História Universal Comparada**, Copyright DCM, Lisboa. (2000).

HOLMQVIST, C. **Private Security Companies - The Case for Regulation**. **Stockholm International Peace Research Institute**. SIPRI Policy Paper nº 9. Estocolmo. 2005.

ISENBERG, David. **A government in search of cover: PMCs in Iraq**. In: **MARKET FORCES: REGULATING PRIVATE MILITARY COMPANIES CONFERENCE**. Washington, 2006.

JERVIS, Robert. **Understanding the Bush Doctrine**. *Political Science Quarterly*. 3 (118). Fall 2003.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MAGALHÃES, Ana. **O negócio por trás das armas**. 2003. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=512>> Acesso em: 27/03/2018

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia de Pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Luís. **A Soberania do Estado e o papel das Forças Armadas face ao surgimento de Empresas Privadas de Assistência Militar**, Tese não publicada, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2003.

MENEZES, António. **As Empresas Militares Privadas**, Tese não publicada, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2008.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?** ; tradução Luis Reyes Gil. – São Paulo: LeYa, 2013.

NASCIMENTO, M. F. **Uma perspectiva sobre a privatização do emprego da força por atores não estatais no âmbito multilateral**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010.

NEFF, Joseph. **Blackwater manager blamed for 2004 massacre in Fallujah**. *The News Observer*, 2007. Disponível em: <<http://www.newsobserver.com/news/nation-world/article10359167.html>> Acesso em: 20/04/2018

NETO, G. R. **Empresas Militares Privadas na Guerra do Iraque: Virtudes e Defeitos no Desempenho Operacional**. Academia Militar de Lisboa. Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa. 2010.

ONU A/RES/44/34. 1989.ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA). **Convenção sobre a Eliminação do Mercenarismo em África**, Libreville, 3 Julho 1977. Disponível em: Acesso em: 17 de abril 2018.

PIMENTEL, Cauê. **Entre o livre-mercado e o compromisso multilateral: opções de regulação internacional sobre empresas militares e de segurança privada**. Edição Quadrimestral. Volume 4. Edição nº 2. 2015

SANTOS, Maria Helena de Castro. TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **O papel essencial da democracia na Doutrina Bush: as invasões do Iraque e do Afeganistão**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2013, vol.56, n.2, pp.131-156. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000200008>. > Acesso em: 08/03/2018

SCAHILL, J. **Blackwater: a ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo**. Tradução de Claudio Carina e Ivan Cuck. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, M.; CHURCH, J. **Department of Defense's Use of Contractors to Support Military Operations: Background, Analysis, and Issues for Congress**. Congressional Research Service. R43074. Washington, D.C. 2013.

SINGER, P. W. **Corporate Warriors. The Rise of the Privatized Military Industry**. Ithaca: Cornell University Press, 2003, p. 20.

SINGER, Peter Warren (2008). *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*, Updated Edition, Estados Unidos da América.

VAZ, Nuno António Bravo Mira. “**As empresas militares privadas**”, in Vários, jornal do Exército, N.º478, Outubro, 1999 p. 15-21.

RATO, Vasco. **A América e o mundo depois de Bush**. A herança de Bush. 2008.

WAXMAN, Chairman. **Private military Contractors in Iraq: An Examination of Blackwater's actions in Fallujah**. 2007. Disponível em: <<http://www.c-span.org/pdf/blackwater100207.pdf>> Acesso em 25/05/2018

ZEN, Cássio Eduardo. **As Companhias Militares Privadas E O Direito Internacional Criminal: o reconhecimento da responsabilidade criminal e da personalidade jurídica dos dirigentes corporativos segundo o Estatuto de Roma**. 2012. 447 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito das Relações Internacionais, Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.